



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA E DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA -  
SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08200.025739/2023-84

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços visando a aquisição de soluções multiespectrais para utilização nas atividades de Papiloscopia Forense, desenvolvidas pelo Serviço de Identificação Papiloscópica e de Representação Facial Humana (SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF) e órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Órgão gerenciador: Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF) - UASG: 200334					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR GLOBAL REFERENCIAL
1	Solução multiespectral de uso geral e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>Tablet ForenScope 8k Compact ou equivalente</i> )	Unidade	15	R\$ 627.500,00	R\$ 9.412.500,00
2	Solução multiespectral para superfícies refletoras e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>ForenScope Contactless Fingerprint Lite ou equivalente</i> )	Unidade	15	R\$ 265.000,00	R\$ 3.975.000,00
3	Minisolução multiespectral de uso geral (Smartphone) ( <i>CSI-PRO2 Smartphone ou equivalente</i> )	Unidade	32	R\$ 98.000,00	R\$ 3.136.000,00
4	Solução com software exclusivo para a Papiloscopia Forense, sistematizada pela natureza da superfície, o tipo de evidência e o tipo de revelador utilizado no processo de aprimoramento do vestígio ( <i>DCS 5 ou equivalente</i> )	Unidade	12	R\$ 2.868.000,00	R\$ 34.416.000,00
TOTAL					R\$ 50.939.500,00
Órgão participante: Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal - UASG: 926015					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR GLOBAL REFERENCIAL
1	Solução multiespectral de uso geral e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>Tablet ForenScope 8k Compact ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 627.500,00	R\$ 1.255.000,00
2	Solução multiespectral para superfícies refletoras e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>ForenScope Contactless Fingerprint Lite ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 265.000,00	R\$ 530.000,00
3	Minisolução multiespectral de uso geral (Smartphone) ( <i>CSI-PRO2 Smartphone ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 98.000,00	R\$ 196.000,00

TOTAL	R\$ 1.981.000,00
TOTAL ÓRGÃO GERENCIADOR + ÓRGÃO PARTICIPANTE	R\$ 52.920.500,00

1.2. **Descrição complementar do item 1:**

- a) Deve possuir câmera multiespectral (UVA/UVB/UVC/VIS/IR) com resolução do sensor de no mínimo 32,0 (trinta e dois) MP;
- b) Resposta espectral mínima de 180-1100 nm (+/-20 nm);
- c) A fonte de luz multiespectral padrão deve ser capaz de atuar com pelo menos os seguintes comprimentos de onda: grupo de luz branca (5700-8000K); grupo de luz UVC (250~280nm); grupo de luz UVC-Pw (250~280nm); grupo de luz UVA (330~370nm); grupo de luz UVA-Pw (330~370nm); grupo de luz azul (450~465nm); grupo de luz ciano (495~510nm); grupo de luz verde (520~535nm); grupo de luz vermelha (620~630nm); grupo de luz IV (840~860nm);
- d) Capacidade de transferência de imagens de impressões papilares em um mínimo de 1.000 ppi;
- e) O modo de disparo padrão da câmera deve ser JPEG ou JPG, mas o sistema deve possuir a capacidade de captura de imagens em formatos sem compactação, ou com compactação sem perda;
- f) A câmera deve ser capaz de gravar vídeos em formatos sem compactação, ou com compactação sem perda;
- g) Hardware: Tablet com tela Touchscreen de no mínimo 7 polegadas.
- h) Software para aprimoramento fotográfico e melhoria de imagem;
- i) Software que permita a organização dos casos separados em arquivos diferentes, além da criação de usuários individualizados por login e senha. A senha poderá ser alterada através da senha do administrador;
- j) Deve suportar o sistema operacional Microsoft Windows 10 (64 bits) ou posterior, em idioma Português do Brasil. As licenças de uso do software devem ser permanentes, além disso, devem possuir contrato de manutenção, atualização e suporte por no mínimo 12 (doze) meses;
- k) Capacidade de realizar fotografias macro (1:1);
- l) Capacidade de captura de imagens e gravação de vídeos em tempo real.
- m) Sistema de filtros e luzes com controle manual e automático;
- n) Exportação de dados via USB e TF card;
- o) Memória de no mínimo 256 GB;
- p) Capacidade de capturar fotografias com escala;
- q) Conexão à internet via WIFI.
- r) Bateria que permita no mínimo 10Ah de operação contínua que possa ser facilmente substituída pelo uso de energia. O carregador dessa bateria deve ser fornecido junto com o sistema;
- s) Proteção do operador contra efeitos nocivos da radiação UV.

1.3. **Descrição complementar do item 2:**

- a) Capacidade para geração de imagens de impressões papilares em superfícies refletoras;
- b) Câmera com resolução do sensor de no mínimo 24,0 MP;
- c) Lentes com distância focal ajustável (zoom);
- d) Capacidade para realizar o foco nos modos automático e manual, sem o auxílio de

tripés;

- e) A câmera e a lente devem ser fáceis de remover e instalar e devem poder funcionar com todo o sistema em pleno calibre sem a necessidade de qualquer hardware adicional.
- f) Bateria que permita no mínimo 3 Ah de operação contínua que possa ser facilmente substituída pelo uso de energia. O carregador dessa bateria deve ser fornecido junto com o sistema;
- g) Memória de no mínimo 256 GB;
- h) Exportação de dados via USB e TF card;
- i) O equipamento deve ser portátil.

1.4.

**Descrição complementar do item 3:**

- a) Deve possuir uma câmera multiespectral UV, VIS e de luz polarizada de 32,00 (trinta e dois) MP;
- b) Deve ter capacidade de exibir uma faixa espectral mínima de 360-700 nm;
- c) Deve ter capacidade de transferência de imagens de impressões papilares em um mínimo de 1.000 ppi;
- d) O modo de disparo padrão da câmera deve ser definido como JPEG ou JPG, no entanto, o sistema deve ser capaz de capturar imagens em formatos sem compactação ou com compactação sem perda;
- e) Deve possuir um sistema de filtros de Amplo Espectro, Polarizado, Amarelo de Passagem Longa e Laranja de Passagem Longa integrado ao corpo;
- f) Hardware: smartphone com tela Touchscreen Full HD de no mínimo 6 polegadas, em razão da facilidade de manuseio do usuário com o dispositivo
- g) Deve possuir no mínimo 64,00 (sessenta e quatro) GB de memória interna, com possibilidade de ampliação por meio de um cartão de memória;
- h) Conexão à internet via WIFI;
- i) Deve ter bateria recarregável de pelo menos 5,0 Ah para necessidades energéticas no Smartphone e uma bateria recarregável de no mínimo 6,00 Ah para suprir o sistema de luz. A bateria do sistema deve ter uma porta Tipo C com carregamento rápido;
- j) O Software interno deve ser capaz de gravar vídeos Full HD, capturar a imagem do segundo quadro desta gravação de vídeo e salvar esta imagem em alta resolução. O sistema deve permitir zoom de até 8x durante a gravação de vídeo e o foco automático deve ser feito facilmente na câmera;
- k) Deve ser capaz de capturar uma fotografia definida na proporção de 1:1;
- l) Capacidade de capturar fotografias com escala;
- m) O Software interno deve ter plataforma avançada de arquivo de informações de casos, havendo também a possibilidade de escrever nas fotos e realizar bloco de notas sobre as fotografias;
- n) O software de imagem forense deve ser suportado pelo sistema operacional Android.

1.5.

**Descrição complementar do item 4:**

1.5.1.

Deve possuir MESA DE FOTOGRAFIA equipada com:

- a) Base de luz transmitida de dimensões mínimas 400 x 350mm e máxima 550 x 500mm, equipada com no mínimo quatro lâmpadas fluorescentes de potência entre 12 e 15 Watts, de alta frequência, além de placa base removível com barras magnéticas para fixação de objetos.
- b) Coluna de até 1,3 metros com compensação de peso e altura, com altura ajustável, e braço de câmera articulável tipo “kaiser”.

- c) Compatibilidade com a maioria das câmeras e lentes DSLR.
- d) Capa protetora.

1.5.2. Deve possuir CÂMERA FOTOGRÁFICA equipada com:

- a) Câmera profissional DSLR modificada para as faixas de ultravioleta, cores visíveis e infravermelho (UV-VisIR), especificamente nos comprimentos de onda de 365nm a 1000nm.
- b) Permitir a visualização ao vivo do espectro completo (UV-Vis-IR), com transmissão para o monitor do computador em alta resolução.
- c) Ajuste manual do balanço de branco e possibilidade de controle manual do ISO, abertura do diafragma e controle da velocidade do obturador.
- d) Sensor tipo CMOS *full frame* e resolução de no mínimo 20,00 MP.
- e) Deve realizar captura de imagens em extensão ".TIFF".
- f) Suporte para fonte luminosa embutido.
- g) Cabos e adaptador de energia.
- h) Nível de bolha de dois níveis tipo "Manfrotto 337".
- i) Manual de instruções em Português do Brasil.

1.5.3. As LENTES devem cumprir a seguinte especificação:

- a) Kit de Lente Macro 105mm para imagens visíveis com: Filtro polarizador circular; Filtro de passagem visível; Adaptador de filtro (step-ring); e Tubos de extensão macro.
- b) Kit de Lente de deslocamento/inclinação de 85 mm: Lente de foco manual com controle de deslocamento e inclinação; Filtro polarizador circular; Filtro de passagem visível; Adaptador de filtro (step-ring); e Tubos de extensão macro.
- c) Kit de Lentes UV/Vis/IR de 60 mm: Lente macro com transmissão de 310-1100 nm; Filtro passa-banda de 330-385 nm; Filtro polarizador circular; Filtro de passagem visível; Adaptador de filtro (step-ring); e Tubos de extensão macro.

1.5.4. Os FILTROS devem cumprir a seguinte especificação:

- a) Filtro de vidro de passagem longa IR com revestimento antibrilho 715 nm, com revestimento dielétrico de passagem longa reflexiva.
- b) Filtro de vidro de passagem longa IR com revestimento antibrilho 780 nm, com revestimento dielétrico de passagem longa reflexiva.
- c) Filtro de vidro de passagem longa IR, faixa 850 nm, com revestimento dielétrico de passagem longa reflexiva.
- d) Conjunto de filtros de fácil encaixe para visualização de fluorescência utilizados em conjunto como anel de luz de banda de onda múltipla com LEDs de alta intensidade de iluminação branca, UV, violeta, azul, azul /verde, laranja, vermelha e N-IR.
- e) Bolsa de filtros da câmera, com divisor de proteção para os filtros.

1.5.5. O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO deve cumprir a seguinte especificação:

- a) Fonte de Luz Forense (FLF) com lâmpada halógena de 100 W ou superior, com controle de intensidade por dimmer, com filtro passa-banda contínuo de 400-1000 nm, operado em etapas com mínimo de 1nm, fornecendo 600 bandas de onda com uma largura média de passe de banda de 40nm, combinada com guias de luz de fibra óptica, incluindo anéis de luz (ringlights), luz de fundo (backlights), pescoço de ganso (gooseneck) de braço duplo, ringlight de campo escuro e feixe de fibra flexível.
- b) Fonte de luz de fibra óptica com lâmpada halógena de 150W ou superior, com controle variável por dimmer, combinada com guias de luz de fibra óptica, incluindo anéis de luz (ringlights), luz de fundo (backlights), pescoço de ganso (gooseneck) de

braço duplo, ringlight de campo escuro e feixe de fibra flexível.

c) Anel de luz de banda de onda múltipla com LED de alta intensidade de iluminação branca, UV, violeta, azul, azul/verde, laranja, vermelha e N-IR com o devido conjunto de filtros de fácil encaixe para visualização da fluorescência.

d) Caixa de iluminação coaxial.

e) Caixa para armazenamento dos filtros.

f) Grampos e braços flexíveis.

1.5.6. Características do COMPUTADOR (HARDWARE) que deve acompanhar o equipamento:

a) Deve possuir no mínimo 16 GB de memória RAM; processador i7 ou superior; HD do tipo Sata com pelo menos 2 TB; SSD com no mínimo 512 GB; interface de rede integrada RJ45; placa de vídeo dedicada de no mínimo 2GB; monitor de no mínimo 32 polegadas, com resolução mínima de  $3840 \times 2160$  pixels; no mínimo portas HDMI.

b) Deve suportar o sistema operacional Microsoft Windows 10 (64 bits) ou posterior, no idioma Português do Brasil.

1.5.7. Características do SOFTWARE para para captura digital de vestígios papiloscópicos, aprimoramento com trilha de auditoria e assistente virtual:

a) Software integrado para captura de imagem de vestígios papiloscópicos (impressões digitais), validação e aprimoramento de imagem com atualizações sempre que houver lançamento de novas versões.

b) Deve possuir ferramentas específicas de aplicativo dedicadas para simplificar a melhoria das imagens de impressões digitais. As ferramentas devem fornecer melhorias específicas para diferentes tipos de impressões digitais com tratamentos de fundos. Diante da variabilidade e imprevisibilidade dos objetos e suportes nos quais são apostas as impressões digitais, o software deve ser capaz de tratar o fundo da imagem, reduzindo poluição visual e deixando a imagem do vestígio mais evidente.

c) Deve fornecer trilha completa de auditoria forense em linguagem simples, cobrindo o histórico completo da origem à saída da imagem.

d) Deve ser integrado por assistente virtual para perícia dos vestígios conforme a natureza e tipo de superfície através das escolhas mais adequadas de tratamentos químicos reconhecidos internacionalmente, com instruções também sobre ajustes de iluminação, filtros e configurações da câmera para a captura fotográfica otimizada e o melhor tratamento das imagens capturadas.

e) Deve proteger as imagens originais capturadas pelo sistema.

f) Deve fornecer gerenciamento de casos definido pelo usuário para que todas as imagens e arquivos relacionados ao mesmo caso sejam armazenados conjuntamente, permitindo backup em HDs, pen-drives e locais de rede e a administração de níveis de acesso aos usuários.

g) Deve permitir o aprimoramento personalizado para o terceiro nível de detalhamento, destacando poros e detalhamento de cristas.

h) Deve possuir calibração simplificada de imagem com ampliação automática com dimensionamento preciso.

i) Deve permitir anotações em imagens.

j) Deve possuir ferramenta específica para a captura automática das imagens 3D (curvas) de impressões papiloscópicas de objetos cilíndricos estreitos em diversos ângulos (rotações do objeto) com conversão automática para uma imagem final em 2D (plana). Essa ferramenta do software deve estar integrada ao funcionamento do dispositivo específico para essa finalidade. Deve ser possível a escolha da faixa de graus que será rotacionado o objeto e de quantos em quantos graus será tirada cada fotografia para a montagem final.

k) Deve ser compatível com Sistema Operacional Windows 10 ou superior. As licenças de uso do software devem ser permanentes, além disso, devem possuir contrato de manutenção, atualização e suporte por no mínimo 12 (doze) meses.

l) Idioma em português do Brasil, tanto do próprio sistema quanto de seu manual de instruções.

1.5.8. Características do DISPOSITIVO AUTOMÁTICO para captura fotográfica em objetos cilíndricos estreitos:

a) Deve vir acompanhado com dispositivo apropriado que permita que imagens 3D (curvas) de impressões digitais sejam extraídas de itens cilíndricos estreitos, como munições, canetas, baterias, seringas, ferramentas manuais e outros objetos de formato semelhante, em atuação conjunta com o software específico capaz de automaticamente capturar as imagens em diversos ângulos (rotações do objeto), tratá-las e fornecer a imagem final em 2D (plana).

1.5.9. Características dos ACESSÓRIOS FOTOGRÁFICOS:

a) Tecido emborrachado de coloração preta para a redução da luminosidade indesejada durante a captura fotográfica.

b) Pano de limpeza de lata qualidade para lentes e telas LCD.

1.5.10. PÓS REVELADORES de vestígios papiloscópicos latentes específicos para a faixa do Infravermelho (IR):

a) Cinco frascos de 20g de pó revelador de vestígios papiloscópicos latentes para emissão na região do infravermelho - IR (Total 100 gramas).

b) Cinco frascos de 20g de pó revelador de vestígios papiloscópicos latentes para emissão na região do infravermelhopróximo - NIR (Total 100 gramas).

1.5.11. O sistema deve ser BIVOLT.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. A presente aquisição deverá ser realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista o exposto pelos incisos III (*quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas*); e V (*quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração*) do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

1.11. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme premissa estabelecida no Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, visto que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como Me e EPP sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024;

- II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III - Id do item no PCA: 1) 334; 2) 335; 4) 336 e 3) 337;
- IV - Classe/Grupo: EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS;
- V - Identificador da Futura Contratação: 200334-90043/2023.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 4.1.5. As empresas deverão orientar seus funcionários sobre a responsável destinação ambiental de resíduos eletroeletrônicos, de embalagens, invólucros e demais materiais de consumo inservíveis recicláveis, bem como do uso regular das embalagens, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação foi necessário indicação de marcas ou modelos específicos, principalmente durante a pesquisa de mercado a fim de promover a comparação entre as especificações de cada um.

#### **Subcontratação**

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Manual de instrução e uso**

4.5. No ato da entrega do objeto, este deverá estar acompanhado do manual de instrução e uso do produto, no idioma português do Brasil.

4.6. O equipamento descrito no item 04 deverá ser instalado no laboratório de papiloscopia de cada local de entrega, sem custos adicionais para a administração pública.

#### **Treinamento específico**

4.7. Considera-se imprescindível que o valor unitário do objeto já contemple os custos do

treinamento específico, a ser realizado de forma presencial, em todos os locais de entrega descritos no item anterior, para no mínimo 10 alunos por localidade, em data **não superior a 60 (sessenta) dias**, contados do recebimento definitivo do item pela equipe de fiscalização.

4.8. O treinamento deverá contar com material escrito, devidamente traduzido para o português do Brasil, a ser disponibilizado aos alunos em formato PDF ou impresso.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens a serem fornecidos em remessa única é de **90 (noventa) dias** para os itens 01, 02 e 03 e de **150 (cento e cinquenta) dias** para o item 04, contados da assinatura da ordem de serviço.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Órgão gerenciador: Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF)									
LOCAIS DE ENTREGA						ITEM			
Unidade	e-mail	UASG	CNPJ	CEP	Endereço	1	2	3	4
NID/DREX/SR/PF/MS	<a href="mailto:nid.drex.srms@pf.gov.br">nid.drex.srms@pf.gov.br</a>	200354	00.394.494/0084-63	79110-503	Rua Fernando Luis Fernandes, Nº 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS.	1	1	1	1
SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF	<a href="mailto:sepap.ini.direx@pf.gov.br">sepap.ini.direx@pf.gov.br</a>	200334	00.394.494/0014-50	70610-902	SAIS, Quadra 7, Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília/DF.	1	1	5	1
NID/DREX/SR/PF/MT	<a href="mailto:nid.drex.srmt@pf.gov.br">nid.drex.srmt@pf.gov.br</a>	200374	00.394.494/0028-56	78008-902	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205 - Araes, Cuiabá - MT	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/GO	<a href="mailto:nid.drex.srgo@pf.gov.br">nid.drex.srgo@pf.gov.br</a>	200376	00.394.494/0026-94	74823-030	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, Nº 826, Setor Pedro Ludovico, Goiânia/GO.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/DF	<a href="mailto:nid.drex.srdf@pf.gov.br">nid.drex.srdf@pf.gov.br</a>	200026	00.394.494/0024-22	70610-000	SAIS, Quadra 07, Lote 23, Brasília-DF.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/CE	<a href="mailto:nid.srce@pf.gov.br">nid.srce@pf.gov.br</a>	200084	00.394.494/0023-41	60415-510	Av. Borges de Melo, Nº 820, Fátima, Fortaleza/CE.	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/BA	<a href="mailto:nid.drex.srba@pf.gov.br">nid.drex.srba@pf.gov.br</a>	200346	00.394.494/0022-60	40460-001	Av. Engenheiro Oscar Pontes, Nº 339 - Água de Meninos, Salvador/BA.	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/PE	<a href="mailto:nid.drex.srpe@pf.gov.br">nid.drex.srpe@pf.gov.br</a>	200092	00.394.494/0033-13	50030-230	AV. Martin Luther King (CAIS do Apolo), 321, Recife-PE.	1	1	1	0
NID/DREX/SR/PF/PB	<a href="mailto:nid.drex.srpb@pf.gov.br">nid.drex.srpb@pf.gov.br</a>	200396	00.394.494/0031-51	58034-045	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, Rodovia BR 230, Km 16,5, Bairro João Agripino, João Pessoa/PB.	0	0	1	0



NID/DREX/SR/PF/MA	<a href="mailto:nid.drex.srma@pf.gov.br">nid.drex.srma@pf.gov.br</a>	200124	00.394.494/0027-75	65074-115	Avenida Daniel de La Touche, Nº 4.000, Bairro Cohama, São Luís/MA.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/RN	<a href="mailto:nid.drex.srrn@pf.gov.br">nid.drex.srrn@pf.gov.br</a>	200086	00.394.494/0036-66	59064-250	Rua Lauro Pinto, S/Nm Lagoa Nova, Natal-RN.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/PI	<a href="mailto:nid.drex.srpi@pf.gov.br">nid.drex.srpi@pf.gov.br</a>	200390	00.394.494/0034-02	64045-795	Avenida João XXIII, 4500, Bairro Recanto das Palmeiras, Teresina-PI.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/AL	<a href="mailto:nid.drex.sral@pf.gov.br">nid.drex.sral@pf.gov.br</a>	200048	00.394.494/0020-07	57022-060	Av. Walter Ananias, Nº 705, Jaraguá, Maceió/AL.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/SE	<a href="mailto:nid.drex.srse@pf.gov.br">nid.drex.srse@pf.gov.br</a>	200344	00.394.494.0041-23	49075-100	Av. Augusto Franco, Nº 2220, Siqueira Campos, Aracaju/SE.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/RO	<a href="mailto:nid.drex.srro@pf.gov.br">nid.drex.srro@pf.gov.br</a>	200378	00.394.940/038-28	76802-449	Av. Lauro Sodré, Nº 2905, Olaria, Porto Velho/RO.	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/AC	<a href="mailto:nid.drex.srac@pf.gov.br">nid.drex.srac@pf.gov.br</a>	200380	00.394.494/0019-65	69915-630	Rodovia BR-364, Nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/Acre.	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/AM	<a href="mailto:nid.drex.sram@pf.gov.br">nid.drex.sram@pf.gov.br</a>	200073	00.394.494/0021-80	69042-470	Av. Domingos Jorge Velho, Nº 40, Bairro Dom Pedro, Manaus/AM.	1	1	1	0
NID/DREX/SR/PF/PA	<a href="mailto:nid.drex.srpa@pf.gov.br">nid.drex.srpa@pf.gov.br</a>	200386	00.394.494/0030-70	66613-710	Avenida Almirante Barroso, Nº 4466, Bairro Souza, Belém/PA.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/RR	<a href="mailto:nid.drex.srrr@pf.gov.br">nid.drex.srrr@pf.gov.br</a>	200384	00394.494/0093-54	69308-050	Av. Brasil, Nº 551 - Treze de Setembro, Boa Vista/RR.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/TO	<a href="mailto:nid.drex.srto@pf.gov.br">nid.drex.srto@pf.gov.br</a>	200404	00.394.494/0006/40	77015-028	Av. LO-01, 53, Quadra 103 Sul (ACSO1), Centro, Palmas/TO.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/AP	<a href="mailto:nid.drex.srap@pf.gov.br">nid.drex.srap@pf.gov.br</a>	200134	00.394.494/0010-27	68908-010	Entroncamento da Rodovia Norte sul, S/N, Infraero 1, Macapá-AP.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/MG	<a href="mailto:nid.drex.srmg@pf.gov.br">nid.drex.srmg@pf.gov.br</a>	200350	00.394.494/0029-37	30441-170	Rua Nascimento Gurgel, Nº 30, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG.	0	0	1	0
NID/DREX/SR/PF/SP	<a href="mailto:nid.drex.srsp@pf.gov.br">nid.drex.srsp@pf.gov.br</a>	200360	00.394.494/0040-42	05038-090	Rua Hugo D'antola, Nº 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP.	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/ES	<a href="mailto:nid.drex.sres@pf.gov.br">nid.drex.sres@pf.gov.br</a>	200352	00.394494/0025-03	29114-105	Rua Vale do Rio Doce, Nr 01 - Sao Torquato/ES	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/RJ	<a href="mailto:nid.drex.srrj@pf.gov.br">nid.drex.srrj@pf.gov.br</a>	200356	00.394.494/0035-85	20081-250	Av. Rodrigues Alves, Nº 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ.	1	1	1	1

NID/DREX/SR/PF/RS	<a href="mailto:nid.drex.srrs@pf.gov.br">nid.drex.srrs@pf.gov.br</a>	200372	00.394.494/0037-47	90160-093	Av. Ipiranga, Nº 1365, 9º andar, Porto Alegre/RS.	1	1	1	0
NID/DREX/SR/PF/PR	<a href="mailto:nid.drex.srpr@pf.gov.br">nid.drex.srpr@pf.gov.br</a>	200055	00.394.494/0032-32	82640-040	Rua Sandália Monzon, 210, Curitiba-PR	1	1	1	1
NID/DREX/SR/PF/SC	<a href="mailto:nid.drex.srsc@pf.gov.br">nid.drex.srsc@pf.gov.br</a>	200370	00.394.494/0039-09	88025-255	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, Nº 4744, Agronômica, Florianópolis/SC.	1	1	1	1
<b>Órgão participante: Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal</b>									
<b>LOCAIS DE ENTREGA</b>						<b>ITEM</b>			
<b>Unidade</b>	<b>e-mail</b>	<b>UASG</b>	<b>CNPJ</b>	<b>CEP</b>	<b>Endereço</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
DIVLAB/II/DPT/DGPC/PCDF	<a href="mailto:ii-divilab@pcdf.df.gov.br">ii-divilab@pcdf.df.gov.br</a>	926015	37.115.482/0001-35	70610-907	Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília /DF	2	2	2	0

5.4. A entrega de cada item deverá ser previamente agendada através dos respectivos e-mails listados na tabela acima. No ato de solicitação de agendamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a(s) Notas(s) Fiscal(is) e a documentação complementar solicitada no item subsequente:

5.4.1. No ato da entrega do bem, deverá constar o seguinte documento complementar: Manual de instrução e uso do produto na língua portuguesa do Brasil, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.4.2. O equipamento descrito no item 04 deverá ser instalado no laboratório de papiloscopia de cada local de entrega, sem custos adicionais para a administração pública.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O equipamento deverá possuir suporte e assistência técnica nacional, presencial ou através de envio via frete, uma vez que a inutilização decorrente da troca de peças ou substituição do equipamento, compromete a eficiência das atividades que seriam com ele executadas. Dessa forma, mesmo se tratando de fabricante estrangeiro, deverá haver a representação nacional para facilitar a realização dos serviços relacionados a esse tópico.

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, **no mínimo, 12 (doze) meses para os itens 1, 2 e 3 e de 60 (sessenta) meses para o item 4**; ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de **até 60 (sessenta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo

Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **6 (seis) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **3 (três) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo

nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será em remessa única, de acordo com a quantidade de unidades solicitada pela administração na demanda requerida.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais/Distritais ou Municipais/Distritais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.920.500,00 R\$ (cinquenta e dois milhões, novecentos e vinte mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Órgão gerenciador: Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF) - UASG: 200334					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR GLOBAL REFERENCIAL
1	Solução multiespectral de uso geral e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>Tablet ForenScope 8k Compact ou equivalente</i> )	Unidade	15	R\$ 627.500,00	R\$ 9.412.500,00

2	Solução multiespectral para superfícies refletoras e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>ForenScope Contactless Fingerprint Lite ou equivalente</i> )	Unidade	15	R\$ 265.000,00	R\$ 3.975.000,00
3	Minisolução multiespectral de uso geral (Smartphone) ( <i>CSI-PRO2 Smartphone ou equivalente</i> )	Unidade	32	R\$ 98.000,00	R\$ 3.136.000,00
4	Solução com software exclusivo para a Papiloscopia Forense, sistematizada pela natureza da superfície, o tipo de evidência e o tipo de revelador utilizado no processo de aprimoramento do vestígio ( <i>DCS 5 ou equivalente</i> )	Unidade	12	R\$ 2.868.000,00	R\$ 34.416.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 50.939.500,00</b>
<b>Órgão participante: Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal - UASG: 926015</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR GLOBAL REFERENCIAL
1	Solução multiespectral de uso geral e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>Tablet ForenScope 8k Compact ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 627.500,00	R\$ 1.255.000,00
2	Solução multiespectral para superfícies refletoras e que dispensa a utilização de reveladores químicos ou físicos ( <i>ForenScope Contactless Fingerprint Lite ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 265.000,00	R\$ 530.000,00
3	Minisolução multiespectral de uso geral (Smartphone) ( <i>CSI-PRO2 Smartphone ou equivalente</i> )	Unidade	2	R\$ 98.000,00	R\$ 196.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.981.000,00</b>
<b>TOTAL ÓRGÃO GERENCIADOR + ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>					<b>R\$ 52.920.500,00</b>

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: [...];

II - Fonte de Recursos: [...];

III - Programa de Trabalho: [...];

- IV - Elemento de Despesa: [...];  
V - Plano Interno: [...];

**LUCIENE MARQUES DA SILVA**  
Papiloscopista Policial Federal  
Chefe do SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF

**LEICIANE RIBEIRO TERRA**  
Papiloscopista Policial Federal  
SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF

*APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação destes Equipamentos Multiespectrais, devido a sua importância para a modernização das atividades papiloscópicas, com observância aos dispositivos da Lei Nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas.*

**RODRIGO DE MELO TEIXEIRA**  
Delegado de Polícia Federal  
Diretor do DPA/PF

**FLÁVIO ROBERTO DE MELO**  
Papiloscopista Policial Federal  
Diretor do INI/DPA/PF



Documento assinado eletronicamente por **LEICIANE RIBEIRO TERRA, Papiloscopista Policial Federal**, em 12/06/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIENE MARQUES DA SILVA, Papiloscopista Policial Federal**, em 12/06/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO ROBERTO DE MELO, Diretor(a)**, em 12/06/2024, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DE MELO TEIXEIRA, Diretor(a)**, em 12/06/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=35606977&crc=6225C8B8](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35606977&crc=6225C8B8).  
Código verificador: **35606977** e Código CRC: **6225C8B8**.